

Um Estudo sobre a Necessidade de Normas Contábeis Específicas para Produtos de Finanças Islâmicas: Abordagem Comparativa das Estruturas Conceituais da Contabilidade do IASB e da AAOIFI

RESUMO

Este artigo apresenta as diferenças entre as estruturas conceituais da contabilidade de duas instituições: o *International Accounting Standards Board* (IASB) e a *Accounting and Auditing Organization for Islamic Financial Institution* (AAOIFI). Em Teoria da Contabilidade, as estruturas conceituais adotadas são a manifestação mais próxima da teoria à prática, devido à definição dos objetivos e dos grandes conceitos. Através da abordagem qualitativa buscou-se por meio de pesquisa bibliográfica e documental uma comparação tanto em termos da estrutura quanto da semântica dos termos dos respectivos documentos conceituais, a fim de verificar as diferenças entre estes e se é necessária uma norma específica para produtos de finanças islâmicas por parte do IASB, assunto este de grande debate, dado ao fabuloso desenvolvimento desta indústria nos últimos anos. Sendo as transações islâmicas diferentes de seus pares convencionais e ocidentais, este artigo conclui que o IASB deve emitir normas específicas para produtos de finanças islâmicas, dada a observância de divergências relevantes entre os documentos, principalmente nos objetivos das demonstrações contábeis, dos usuários da informação contábil e no conceito da forma jurídica e essência econômica das transações.

Palavras-chave: finanças islâmicas, estrutura conceitual da contabilidade, AAOIFI, IASB

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos há uma grande corrente de harmonização contábil mundial, despontando o IASB como órgão normativo principal. Porém quando da confecção das normas, algumas diferenças e aspectos inerentes a alguma jurisdição em particular podem fazer com que a contabilidade não retrate adequadamente o evento ou transação em questão.

Um debate corrente é da necessidade ou não de uma norma específica para produtos de finanças islâmicas, que são influenciados pelas disposições da tradição e ensinamentos religiosos islâmicos.

Atualmente, as instituições financeiras que oferecem tais produtos seguem a norma contábil vigente na jurisdição em que estão estabelecidas. Dado o contexto de harmonização contábil, mais de 100 países adotam ou permitem a adoção das normas do IASB na confecção das demonstrações financeiras. Concomitantemente, vários países, principalmente do Oriente Médio, utilizam as normas contábeis emitidas pela AAOIFI, uma entidade autônoma internacional sem fins lucrativos que emite normas contábeis, de auditoria, de governança e éticas para instituições financeiras islâmicas, fundada em 1990, composta por 200 membros institucionais de 45 países incluindo bancos centrais, instituições financeiras islâmicas e outros participantes da indústria financeira mundial. (MUSTAFA; 2003).

De acordo com documento da empresa de auditoria e consultoria Pricewaterhouse e Coopers (2010) as normas internacionais de contabilidade podem refletir as transações envolvendo finanças islâmicas sem comprometer os princípios da *Sharia* dado que a estrutura conceitual do IASB permite qualquer tratamento contábil que não confronte com o *framework* quando de um evento não coberto por norma específica.

Lewis (2001) destaca que diferentemente das propostas dos órgãos normatizadores ocidentais, a contabilidade islâmica prima pelo bem estar da comunidade e não sendo voltada apenas para o usuário da informação.

Gambling e Karim (1991) argumentam que já que os muçulmanos devem seguir a *Sharia* em todos os aspectos de suas vidas, incluindo a contabilidade, eles tendem a seguir uma abordagem normativa dedutiva na confecção de suas normas contábeis.

De acordo Hamid *et al* (1993), o islamismo tem o potencial de influenciar a estrutura, os pressupostos básicos e os mecanismos da contabilidade no mundo islâmico.

O presente artigo examinou as estruturas conceituais básicas da contabilidade do IASB e da AAOIFI com a finalidade de verificar as diferenças semânticas e estruturais de tais documentos, partindo da premissa que a estrutura conceitual é utilizada para a emissão de novas normas de assuntos ainda não abordados ou à revisão dos pronunciamentos já existentes. O problema da pesquisa pode ser sintetizado no seguinte questionamento:

Há a necessidade de emissão por parte do IASB de normas específicas para produtos de finanças islâmicas dadas as diferenças e semelhanças das estruturas conceituais básicas da contabilidade analisadas?

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Finanças islâmicas

Segundo Hayek (1994), o islamismo tem cinco bases fundamentais, componentes da *Sharia*: a *Chahada* corresponde ao testemunho de que não há outro Deus que não Alá e que Maomé é seu profeta e mensageiro; o *Zakat* é a doação de uma quantia em moeda ou em produto que será distribuída aos pobres e necessitados, equivalente a 2,50% do rendimento do indivíduo; o *Salat* é a obrigação de todo o muçulmano de orar cinco vezes ao dia voltado para Meca; a *Haji* corresponde a peregrinação à Meca, a cidade santa, por cada muçulmano ao menos uma vez na vida, dada condições financeiras e de saúde propícias e a *Saun* é a abstinência durante o período conhecido como *Ramadan* de alimento, bebida, fumo e relações sexuais do nascer do sol até o poente.

As finanças islâmicas são formadas por produtos oferecidos por instituições financeiras que seguem a *Sharia*, que por sua vez é definida como “(...) o conjunto de leis que regem a vida de um muçulmano.” (OBAIDULLAH; 2005).

A *Sharia* deriva das seguintes fontes:

- Alcorão - A palavra de Deus como foi ditada e transcrita pelo profeta Maomé;
- *Sunnas* e *Hadith* – Relatos de que o Profeta disse e fez durante a sua vida;
- *Qiyas* – A aplicação de princípios aceitos, por analogia, a novos casos;
- *Ijma* – O consenso da comunidade islâmica sobre uma questão particular;
- *Ijtihad* – A opinião das juntas islâmicas sobre uma questão particular.

Consequentemente, os produtos devem observar os preceitos da *Sharia*, para que se qualifiquem como tal, sendo só é atribuída ao referido produto quando analisado e aprovado por estudiosos em islamismo. O consenso dos sábios é definido como sendo o acordo de todos os

estudiosos muçulmanos ao nível do raciocínio jurídico. Uma vez alcançado um consenso entre todos os estudiosos, a decisão será considerada parte da jurisprudência. (VOGEL; HAYES; 1998). Segundo Khan (1991), as principais características dos produtos de finanças islâmicas, de acordo com a *Sharia* são: (i) Proibição de cobrança de juros em suas operações; (ii) Proibição de negócios que envolvam álcool, carne suína, jogatina e pornografia; (iii) Proibição de qualquer forma de atividade econômica que seja social ou moralmente prejudicial; (iv) Indivíduos e instituições islâmicas têm obrigação em contribuir com parte de sua riqueza para os setores mais necessitados da população; (v) Nenhuma forma de investimento especulativo é permitida; (vi) Sistema é baseado em ativos, com ativos fixos e commodities no seu cerne e (vii) há a figura do credor e devedor, mas de compradores e vendedores.

Segundo Haqiqi e Pomeranz (1987), o objetivo básico da *Sharia* é assegurar o bem-estar geral e a justiça sócio-econômica, onde toda a riqueza do mundo pertence a Alá sendo que os seres humanos são apenas servos responsáveis por esta riqueza, seguindo o princípio de que nenhuma pessoa pode reclamar para si mesmo o que é basicamente a criação de Alá ou o produto dos esforços e habilidades de outro homem. Diferentemente da visão ocidental, nas economias islâmicas, as pessoas não tem o direito absoluto e incondicional sobre sua riqueza, sendo meros agentes, que devem seguir as instruções do Criador. Assim, a maximização dos lucros não é o objetivo principal em economias islâmicas. Uma consequência deste raciocínio é de que a riqueza não deve estar concentrada nas mãos de poucos, mas sim deve circular por toda a população, inclusive aos oprimidos socialmente, através do *zakat*.

Finanças islâmicas não é um fenômeno temporário, mas chegou para ficar e dá sinais que continuará a crescer e a expandir (ARIFF; 1988). Os motivos para o sucesso e disseminação estão em suas diferenças para os bancos convencionais. Karim (2001) destaca que:

A maioria dos bancos islâmicos desempenham duas funções básicas, chamadas administração de investimentos e de banco comercial. Diferentemente dos bancos comerciais tradicionais, bancos islâmicos não pagam ou recebem dinheiro em empréstimos obtidos ou dados. Isto porque a *Sharia* proíbe estritamente, entre outras coisas, o recebimento e pagamento da *riba* (juros). Então, bancos islâmicos não podem adquirir ou emitir valores mobiliários que rendam juros, como títulos públicos ou privados.

3. METODOLOGIA

O presente artigo está enquadrado na abordagem de pesquisa qualitativa, utilizando-se de pesquisa documental e bibliográfica, já que o foco é o estudo das estruturas conceituais da contabilidade de duas entidades diferentes: o IASB e a AAOIFI.

Com base nas obras selecionadas, realizou-se, inicialmente, a pesquisa documental e bibliográfica das obras que tratam da estrutura conceitual básica do IASB. Dada a não observância de artigos e livros que tratam da estrutura conceitual da AAOIFI, foi utilizada somente análise documental para este. A análise foi constituída das seguintes etapas: (i) Análise dos aspectos estruturais do documento: neste espectro, buscou-se a identificação de semelhanças e diferenças quanto à forma das referidas estruturas conceituais e (ii) Análise semântica do documento: nesta análise, procurou-se analisar e interpretar as definições contidas nos documentos. Com isso, chegou-se a duas categorias de itens com alteração semântica significativa e com alteração semântica não significativa.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1 Quanto à estrutura do documento

Estruturas Conceituais Básicas da Contabilidade	
International Accounting Standards Board (IASB)	Accounting and Auditing Organization for Islamic Financial Institutions (AAOIFI)
Objetivos e usuários das demonstrações contábeis	Objetivos e usuários das demonstrações contábeis
Pressupostos básicos	Pressupostos básicos
Características qualitativas	Características qualitativas
Limitações de características qualitativas	Limitações de características qualitativas
Elementos das demonstrações contábeis	Elementos das demonstrações contábeis
Processo contábil	Processo contábil
Capital e manutenção de capital	

Quadro 1 – Comparativo das estruturas conceituais

Da análise da estrutura do documento percebe-se que estes são bem semelhantes quanto à disposição dos temas, apenas destacando os conceitos de capital e de manutenção de capital, que constam apenas na estrutura conceitual básica do IASB.

4.2 Quanto aos objetivos das demonstrações contábeis

Objetivos das demonstrações contábeis	
International Accounting Standards Board (IASB)	Accounting and Auditing Organization for Islamic Financial Institutions (AAOIFI)
Fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas decisões econômicas	Informações sobre recursos econômicos da entidade e suas obrigações e os efeitos das transações, eventos e circunstâncias sobre estes recursos e obrigações
Apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados	Informações sobre a responsabilidade fiduciária e social da entidade
	Cumprimento com os preceitos da <i>Sharia</i> pela entidade
	Determinação do <i>Zakat</i>

Quadro 2 – Comparativo dos objetivos das demonstrações contábeis

Avaliando a estrutura dos objetivos das demonstrações contábeis, percebe-se que a estrutura conceitual do IASB contém um objetivo principal, o de fornecer informação útil aos usuários e um objetivo secundário, o de prestar contas sobre a administração na gestão dos recursos. Enquanto isso, a estrutura conceitual da AAOIFI contém quatro objetivos, sendo o cumprimento da *Sharia* como o principal e os demais como secundários. Quanto à semântica percebe-se que o objetivo primário das

demonstrações contábeis do IASB é similar ao primeiro objetivo da AAOIFI, exceto quanto à tomada de decisão dos usuários: (i) informações sobre posição patrimonial e financeira (IASB) e informações sobre recursos econômicos e obrigações (AAOIFI); (ii) o desempenho e as mudanças na posição financeira (IASB) e efeitos das transações, eventos e circunstâncias sobre estes recursos e obrigações (AAOIFI); (iii) a tomada de decisão econômica por parte do usuário (IASB) não é uma das finalidades observadas na estrutura da AAOIFI, já que a contabilidade é voltada aos investidores para o primeiro e prestação de contas perante a sociedade e a Alá, como se percebe no segundo, terceiro e quarto objetivo da estrutura da AAOIFI, a responsabilidade social, a determinação do *Zakat* e o cumprimento da *Sharia*, este que é tido como o objetivo principal não só das demonstrações contábeis, mas de todas as obrigações de um muçulmano, seja ele indivíduo ou instituição.

Segundo AAOIFI (2010), os objetivos das demonstrações contábeis de acordo com esta estrutura conceitual são prover informações sobre: (i) O cumprimento com os preceitos da *Sharia* pela entidade; (ii) Os recursos econômicos da entidade e suas obrigações e os efeitos das transações, eventos e circunstâncias sobre estes recursos e obrigações; (iii) A determinação do *Zakat* e (iv) Responsabilidade fiduciária e social da entidade. A contabilidade financeira do Islã deve focar o justo relato da posição financeira da empresa e os resultados de suas operações, de forma a revelar o que é permitido (*Halal*) e o que é proibido (*Haram*). Isso está em conformidade com as instruções de Allah de cooperar com a feitura de boas ações. “Ajudem-se uns aos outros na correção e na piedade, mas não sejam solidários no pecado e no rancor” (HAYEK;1994). Isso significa que a contabilidade no Islã tem objetivos dos quais o contador deve estar ciente e em conformidade com eles. Ele não deve entrar nesse campo sem a compreensão clara e consciente dos objetivos da contabilidade financeira. Isso está de acordo com a palavra de Allah que disse “Deixe o escriturário fazer os registros fielmente como acertado entre as partes” (*Ibid*). As demonstrações contábeis incluem: demonstração de posição financeira, demonstração de resultado e demonstração de mudanças da posição financeira, que pode ser a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das mudanças do patrimônio líquido, demonstração das origens e aplicações no *Zakat* e fundo de caridade, etc.

4.3 Quanto aos pressupostos da contabilidade

Pressupostos básicos da contabilidade	
International Accounting Standards Board (IASB)	Accounting and Auditing Organization for Islamic Financial Institutions (AAOIFI)
Regime de competência	Periodicidade (regimes de competência e de caixa)
Continuidade	Continuidade
	Unidade contábil
	Estabilidade de poder de compra da unidade monetária

Quadro 3 – Comparativo dos pressupostos básicos da contabilidade

Os pressupostos básicos do IASB estão contidos também na estrutura da AAOIFI e não apresentam diferenças de significado em relação ao seu par, que também considera a unidade contábil e a estabilidade do poder de compra da unidade monetária em tal categoria.

Contrariando um dos pressupostos da AAOIFI, o IASB tem uma norma própria sobre o tratamento contábil quando há perda relevante do poder aquisitivo da moeda, a IAS 29 – Economias

Hiperinflacionárias, que determina a correção monetária se a taxa acumulada de inflação dos três últimos anos for igual ou maior a 100%.

Segunda a ótica da AAOIFI, há 4 pressupostos básicos: da unidade contábil, continuidade, da periodicidade, que inclui o regime de competência e o regime de caixa e o conceito de estabilidade de poder de compra da unidade monetária. O pressuposto da unidade contábil requer “a identificação das atividades econômicas que são associadas com a entidade.” A instituição financeira é uma entidade separada e independente dos acionistas e dos demais provedores de capital. A premissa da continuidade significa que “não há intenção ou necessidade de liquidar a entidade.” A periodicidade é composta de dois conceitos subjacentes, o regime de competência e o regime de caixa: o primeiro requer que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos e lançados nos períodos de sua ocorrência e reportados nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem; já o segundo determina que sob determinadas condições, a adoção do regime de caixa torna-se relevante, sendo conceituado como a contabilização necessariamente pelos efeitos das transações e eventos no caixa da entidade. Para propósitos de reporte financeiro é presumida a estabilidade do poder de compra da unidade monetária.

4.4 Quanto às características qualitativas e limitações da informação contábil

Características qualitativas da informação contábil	
International Accounting Standards Board (IASB)	Accounting and Auditing Organization for Islamic Financial Institutions (AAOIFI)
Compreensibilidade	Alta qualidade (visão justa e verdadeira, útil e transparente)
Relevância	Relevância
Representação Fidedigna (representação adequada, essência sobre a forma, neutralidade, prudência e integridade)	Confiabilidade (representação fidedigna, neutralidade, substância e forma, integridade, verificabilidade e consistência)
Comparabilidade	Comparabilidade
	Prudência
Tempestividade	Materialidade
Equilíbrio entre custo e benefício	Equilíbrio entre custo e benefício

Quadro 4 – Comparativo das características qualitativas e limitações da informação contábil

A compreensibilidade é tida como característica qualitativa apenas na estrutura conceitual do IASB, não estando presente na da AAOIFI.

A relevância é apresentada em ambos os documentos e com o mesmo significado, o de ajudar os usuários em suas decisões econômicas, embora fazendo uso de palavras diferentes.

A confiabilidade também está apresentada em ambos os documentos, porém com semântica diferente, já que para o IASB para uma informação ser confiável ela deve representar adequadamente e integralmente aquilo que se propôs a apresentar, adotando uma postura neutra em relação ao fato, estando livre de viés que impacte a decisão do usuário. Além disso, as informações contidas nos demonstrativos contábeis devem ser baseadas na essência econômica da transação e observar o conceito de prudência, principalmente quando da confecção de estimativas e em condições de incerteza, afim de não superestimar os ativos e receitas ou subestimar os passivos e perdas. De acordo

com a AAOIFI, a prudência é observada como característica qualitativa da informação e pelo IASB como uma das características da confiabilidade, mas não ocorrendo diferença semântica em relação à definição do IASB.

Pela estrutura conceitual da AAOIFI, para a informação ser confiável ele deve representar com fidedignidade o que visa mostrar, equivalente à representação adequada contida no documento do IASB, que também corroboram da neutralidade e da integridade como características de confiabilidade.

Outra característica da confiabilidade na estrutura da AAOIFI é a verificabilidade, que não está presente na do IASB, assim como a consistência, porém esta é observada na norma IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Correção de Erros.

O ponto mais interessante e intrigante corresponde ao atendimento simultâneo da essência econômica e da forma contratual a fim de alcançar uma informação confiável de acordo com o documento do órgão islâmico diferentemente do europeu, que visa alcançar e evidenciar a substância econômica da transação. Isto ocorre, devido às características dos contratos de finanças islâmicas, voltados ao atendimento dos preceitos da *Sharia*. A religião afeta a construção das transações e contratos, logo uma transação que é percebida como sendo similar nas culturas ocidentais pode não ser necessariamente similar sob o contexto islâmico.

A comparabilidade está presente em ambas as estruturas conceituais e não apresentam divergência quanto à semântica empregada.

A tempestividade ocorre como limitação das características qualitativas apenas na estrutura conceitual básica do IASB, porém é considerada pelo documento da AAOIFI dentro da relevância e sem divergência de significado. O mesmo ocorre com a materialidade, porém na ordem inversa: é considerada restrição no contexto islâmico e como característica subjacente da relevância de acordo com a estrutura conceitual do IASB e também sem diferença semântica percebida.

De acordo com a AAOIFI, há 5 características qualitativas: alta qualidade, relevância, confiabilidade, comparabilidade e prudência. Para a informação fornecida pelas demonstrações contábeis serem de alta qualidade, ela deve conter 3 critérios importantes: apresentar uma visão justa e verdadeira, deve ser útil à decisão e deve ser transparente. A informação contábil é relevante se ela ajuda os principais usuários das demonstrações a avaliarem as potenciais consequências da manutenção ou estabelecimento de relações com entidade dado que a informação atende os outros critérios de uma informação útil. Compreensibilidade é a qualidade da informação que permite aos usuários a compreensão de seu significado, sendo alcançada quando a informação é classificada, caracterizada e apresentada clara e concisamente. Confiabilidade é a característica que permite aos usuários o uso desta com confiança na tomada de decisões econômicas. A confiabilidade engloba as seguintes características: representação fidedigna, neutralidade, substância e forma, integridade, verificabilidade e consistência. Um ponto a destacar é a característica de substância e forma, que estipula a necessidade da apresentação simultânea da informação de acordo com a substância econômica e a forma legal. A comparabilidade permite os usuários a identificar similaridades reais e diferenças na performance da entidade em relação à sua própria performance ao longo do tempo e em relação à performance de outras entidades. Prudência é definida como a inclusão de uma dose de cautela no exercício de julgamento necessário à confecção de estimativas requeridas sob condições de incerteza. A primeira limitação é a materialidade. A informação é tida como material se sua omissão ou representação inadequada puder influenciar as decisões que os usuários tomam com base nas

demonstrações contábeis. Outra limitação refere-se à relação de custo e benefício da informação contábil. Em geral, o custo da informação não deveria exceder os benefícios que os usuários da informação contábil teriam em seu processo decisório.

4.5 Quanto aos elementos das demonstrações contábeis

Elementos das demonstrações contábeis	
International Accounting Standards Board (IASB)	Accounting and Auditing Organization for Islamic Financial Institutions (AAOIFI)
Ativos	Ativos
Passivos	Passivos
Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Receitas e ganhos	Receitas e ganhos
Despesas e perdas	Despesas e perdas
	Participação de depositantes de investimento

Quadro 5– Comparativo dos elementos das demonstrações contábeis

Essencialmente, todos os elementos definidos na estrutura conceitual básica do IASB estão contidos na da AAOIFI, que também inclui como elemento a participação de depositantes de investimento, que não é considerado nem como passivo nem como patrimônio, mas sim como um intermediário entre eles, já que os titulares destas contas não detêm direitos e poderes decorrente de participação acionária e não há a obrigação da instituição financeira de desembolsar recursos que contenham benefícios econômicos ao cliente caso o contrato de *Mudaraba* for deficitário, o que descaracteriza a classificação como passivo.

A definição de ativo é semanticamente semelhante entre as entidades já que o foco corresponde a um recurso controlado que contém benefícios econômicos embutidos, porém a definição da AAOIFI explicita a origem do recurso controlado, ou seja, se adquirido ou incorrido com fontes próprias ou financiados por terceiros.

Já as definições de passivos, receitas e ganhos, despesas e perdas não apresentam diferenças quanto ao significado, apenas cabendo destacar que nos conceito de receitas e despesas da AAOIFI, estas podem ser provenientes de variação de ativos, variação de passivos ou combinação de ambos, enquanto no documento do IASB não há a previsão da combinação simultânea de variações de ativos e passivos, apenas as variações independentes destes elementos.

Segundo a AAOIFI, os elementos das demonstrações financeiras de propósito geral, de acordo com a Estrutura Conceitual para o Reporte Financeiro de Instituições Financeiras Islâmicas são os ativos, passivos, participação de depositantes de investimentos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Ativo é definido como:

Um recurso controlado por uma entidade, quer financiado por terceiros ou por seus depositantes de contas de investimentos, como resultado de transação, evento ou condição passada que prove a entidade um direito executável sobre os recursos, dando-a um benefício econômico presente ou futuro.

Ainda seguindo com a definição de ativo, Martins (2004), define que ativo, à luz da contabilidade islâmica, é tudo que seja capaz de gerar fluxo de caixa positivo futuro ou outro benefício econômico no futuro. Tal benefício econômico futuro pode ser tanto por si só ou em combinação com outros ativos que a instituição financeira tenha adquirido o direito como resultado de operações ou eventos passados. Entretanto, para que seja considerado como um ativo nas demonstrações financeiras de uma instituição islâmica, esse ativo deverá também possuir as seguintes características:

- Ter a capacidade de ser financeiramente mensurável com razoável grau de confiança;
- Não estar associado a uma obrigação não mensurável ou a um direito de terceiros;
- A instituição islâmica deve ter adquirido o direito de possuir, usar ou se desfazer de tal ativo.

Já o passivo é uma obrigação econômica presente que seja executável contra a entidade, resultante de uma transação passada ou de outros eventos passados. Entretanto, assim como no ativo, para que seja considerado um passivo nas demonstrações financeiras da instituição islâmica, deverá conter as seguintes características:

- A instituição financeira islâmica deve ter uma obrigação contra terceiros e esta não pode ser recíproca a uma obrigação de um terceiro para com a instituição financeira islâmica;
- A obrigação da instituição financeira islâmica deve ser capaz de ser mensurada com razoável grau de confiabilidade;
- A obrigação da instituição financeira islâmica deve ser capaz de ser satisfeita através da transferência de um ou mais ativos da instituição financeira islâmica para um terceiro, estendendo a esse terceiro o uso do ativo por um período de tempo ou prestando serviços para esse terceiro.

Um conceito não presente nas estruturas conceituais básicas tradicionais é o de participação de depositantes de investimentos que se refere a “fundos recebidos com o propósito de investimento com participação nos resultados ou na base de participação em contratos de *Mudaraba*.” Patrimônio líquido corresponde ao interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos e das participações de depositantes de investimento. As receitas são definidas como:

Aumento bruto em ativos, diminuição em passivos ou a combinação de ambos durante o período coberto pela demonstração de resultados, resultante de atividades de investimento, negociação, prestação de serviços e outras atividades voltadas a obtenção de lucro como a administração de itens fora do balanço fiduciários.

Além disso, para serem definidos como receitas, os aumentos nos ativos e diminuições nos passivos não podem ser relativos a aportes pelos acionistas ou por detentores de contas de depositantes de investimentos. Receitas incluem as receitas propriamente ditas e ganhos. As despesas são definidas como:

Diminuição bruta em ativos, aumento de passivos ou combinação de ambos durante o período coberto pela demonstração de resultados, resultante de atividades de investimento, administração de investimentos, negociação e outras atividades, incluindo prestação de serviços.

Para se enquadrarem como despesas, estas não podem ser decorrentes de distribuições aos acionistas ou aos depositantes de investimento. Despesas incluem as despesas propriamente ditas e as perdas.

4.6 Processo contábil

Processo contábil	
International Accounting Standards Board (IASB)	Accounting and Auditing Organization for Islamic Financial Institutions (AAOIFI)
Reconhecimento	Reconhecimento
Mensuração	Mensuração
	Desreconhecimento
	Apresentação
	Reporte

Quadro 6 – Comparativo do processo contábil

A estrutura conceitual do IASB discrimina apenas duas fases do processo contábil, o reconhecimento e mensuração, enquanto a da AAOIFI fala também sobre o desreconhecimento, a apresentação e o reporte. Estes dois últimos também são destacados como a evidenciação, que corresponde a última fase do processo contábil (LOPES; MARTINS; 2005). Desreconhecimento não está explicitamente dentro do processo contábil, porém pode ser entendido com o não reconhecimento ou o fim deste.

Quanto ao reconhecimento e mensuração não apresentam diferenças semânticas significativas entre os documentos das entidades analisadas. Cabe apenas destacar que a estrutura conceitual do IASB faz alusão aos métodos de mensuração do custo histórico, do custo corrente, do valor de realização ou liquidação e do valor presente, enquanto o da AAOIFI aborda somente o custo histórico e o valor justo.

4.7 Quanto aos conceitos de capital e manutenção de capital

Os conceitos de capital e manutenção de capital estão presentes somente na estrutura conceitual básica da contabilidade do IASB.

5. CONCLUSÃO

Partindo da premissa que a estrutura conceitual é base para a confecção das normas contábeis, um estudo qualitativo e comparativo permitiria auferir conclusões sobre o modo que o processo contábil é operado nos países em que as respectivas normas são vigentes. A uma primeira impressão pode parecer não haver divergências relevantes entre os documentos das instituições, porém há diferenças significativas em aspectos cruciais das estruturas conceituais analisadas que embasam a conclusão deste artigo, de que é de fato necessário uma norma específica para produtos de finanças islâmicas: os objetivos das demonstrações contábeis, os usuários da informação contábil e a conflito entre essência econômica e forma jurídica das transações e eventos. Já que os objetivos da

contabilidade fornecem os rumos de como os pronunciamentos contábeis específicos são efetuados, por indução, uma norma contábil do IASB aplicado ao contexto islâmico talvez provocasse o não alcance de objetivos das demonstrações contábeis em instituições financeiras que oferecem produtos de finanças islâmicas. Além disso, a contabilidade só existe, pois há alguém interessado nesta informação e como percebido, o foco no investidor para o IASB poderia fazer com que as demonstrações financeiras em um banco islâmico que adote as IFRS contenham informações irrelevantes ou incompletas, dado que o usuário em questão é diferente daquele cuja norma internacional fora baseada. Outro ponto de destaque corresponde ao atendimento da forma nos contratos de produtos de finanças islâmicas, que devem atender a lei básica muçulmana, a *Sharia*, o que faz com que os produtos de finanças islâmicas para que se qualifiquem como tal devem ter a sua forma aprovada por estudiosos em islamismo; logo a contabilidade também deveria seguir esta forma. Assim, se utilizada a essência econômica sobre da norma internacional IFRS também causaria uma informação que não seja íntegra.

Este artigo busca ser uma contribuição em um desafio muito maior, que seria dos impactos da religião na contabilidade. Como sugestões para estudos futuros, podemos destacar o estudo qualitativo das normas contábeis propriamente ditas de cada instituição para as transações, a comparação com o novo projeto de substituição da estrutura conceitual do IASB, estudos quantitativos que meçam os impactos e divergências da adoção das normas para as transações.

REFERÊNCIAS

- ACCOUNTING AND AUDITING ORGANISATION FOR ISLAMIC FINANCIAL INSTITUTION – AAOIFI. *Conceptual Framework for Financial Reporting by Islamic Financial Institutions*. Manama, 2010.
- ARIFF, Mohamed. *Islamic Banking*. Singapore: Asian-Pacific Economic Literature, 1988.
- HAYEK, Samir. **Os significados dos versículos do Alcorão Sagrado**. São Paulo: Marsan, 1994.
- GAMBLING, Trevor; KARIM, Rifaat A.. *Business and accounting ethics in islam*. London: Mansell Publishing Limited, 2001.
- HAMID, Shaari *et al.* *Religion: a confounding cultural element in the international harmonization of accounting*. **ABACUS**. [SI]. v. 29, n. 2, p.131 – 148, 1993.
- HAQIQI, Abdul W.; POMERANZ, Felix. *Accounting needs of islamic banking*. Greenwich: Kenneth Most, 1987.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB. *The Conceptual Framework for Financial Reporting*. London, 2001.
- KARIM, Rifaat A. *International Accounting Harmonization, Banking Regulation and Islamic Banks*. The International Journal of Accounting. Manama: n. 36, v. 2, p. 169-193, 2001.
- KHAN, Mohammad A. *An introduction to islamic economics*. New York: Mansell Publishing Limited, 1991.
- LEWIS, Mervyn K. *Islam and accounting*. **Accounting Forum**. v. 25, n. 2, p. 103 – 127, 2001.



Desafios e Tendências da Normatização Contábil

MUSTAFA, Badreldin. *The Implementation of Accounting Standards for Islamic Banks: a study of preparers' and auditors' opinions in Sudan*. London, 2003. Tese (Doutorado em Contabilidade) – University of Surrey.

OBAIDULLAH, Mohammed. *Islamic Financial Services*. Jeddah: King Abdulaziz University Press, 2005.

PRICEWATERHOUSE E COOPERS. **Open to Comparison:** islamic finance and IFRS. London, 2010. Disponível em: <http://www.pwc.com/en_GX/gx/financial-services/islamic-finance-programme/assets/comparison-Islamic-finance-IFRS.pdf>. Acesso em 05/07/2012.

VOGEL, Frank E.; HAYES, Samuel L. *Islamic law and finance: religion, risk and return*. Boston: Kluwer Law, 1998.